

## **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001-2026**

### **CONTRATANTE:**

UASG 930220 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios/RJ.

### **OBJETO:**

Prestação de serviços técnicos especializados para execução de Trabalho Técnico Social (TTS) de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas na Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014 e a Sistemática 2012 – Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, ambos do MCIDADES.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

R\$104.680,00 (cento e quatro mil seiscientos e oitenta reais).

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia **27/04/2026** às **09h30min** (horário de Brasília).

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Técnica e preço.

### **MODO DE DISPUTA:**

Fechado.

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

Não.

Proc. nº

Folha nº \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



**TRÊS RIOS**  
—PREFEITURA—

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO .....	7
6. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
7. DO TERMO DE CONTRATO .....	15
8. DOS RECURSOS .....	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
11. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD.....	19
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

**EDITAL**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001-2026**  
(Processo administrativo nº 0338-2026)

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios, doravante denominado SAAETRI, por intermédio de seu Departamento de Licitações, sediado na Rua 14 de dezembro, nº 412, Centro, Três Rios/RJ, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços técnicos especializados para execução de Trabalho Técnico Social (TTS) de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas na Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014 e a Sistemática 2012 – Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, ambos do MCIDADES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026****2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 2.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. **No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e a proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.11.1.
- 3.12. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos estabelecidos no item 8.1 do Termo de Referência.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do(s) seguinte(s) campo(s):
- 4.2.1. Valor total do item.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. **O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço no fornecimento ou na execução do contrato.
- 4.10. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
- 5.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.5.1. **SICAF**;
- 5.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP** e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
- 5.5.3. Cadastro Nacional de **Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 5.5.4. Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 5.5.2 e 5.5.3 acima pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 5.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992.
- 5.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, artigo 29, *caput*)
- 5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros; (IN nº 3/2018, artigo 29, § 1º)
- 5.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação; (IN nº 3/2018, artigo 29, § 2º)
- 5.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado desclassificado, por falta de condição de participação.



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 5.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.
- 5.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 5.10. **Serão desclassificadas as propostas que:**
- 5.10.1. conter vícios insanáveis;
  - 5.10.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
  - 5.10.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.10.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.11. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 5.12. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no **Anexo I deste edital** (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.13. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.14. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma **Nota da Proposta Técnica – Índice Técnico (IT)**, de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$IT = PT / PT_{\text{máx}}$$

Onde:

**IT** - Índice Técnico da licitante;

**PT** - Pontuação Total da proposta técnica da licitante; e

**PT<sub>máx</sub>** - Maior pontuação técnica apurada entre todas as licitantes habilitadas.

- 5.15. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 5.16. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 5.16.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 5.16.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 5.16.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.17. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.17.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 5.17.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 5.17.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 5.17.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.18. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.19. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.19.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 5.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 5.20.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.20.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.22. Será atribuída ao licitante uma **Nota da Proposta de Preço – Índice de Preço (IP)**, de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$IP = P_{\min} / P_i$$

Onde:

**IP** - Índice de Preço;

**P<sub>min</sub>** - Menor preço global dentre as propostas válidas; e

**P<sub>i</sub>** - Preço global da proposta da licitante avaliada.

- 5.23. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a **pontuação final** das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$AF = (IT \times 0,70) + (IP \times 0,3)$$

Onde:

**AF** - AVALIAÇÃO FINAL da Licitante em avaliação;

**IT** - ÍNDICE TÉCNICO obtido pela Licitante em avaliação;

**IP** - ÍNDICE DE PREÇO obtido pela Licitante em avaliação.

- 5.24. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2 e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.25.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 5.25.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 5.25.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 5.25.4. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.
- 5.26. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 5.26.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.26.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.26.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.26.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.26.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.26.5.2. empresas brasileiras;
- 5.26.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.26.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.27. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

5.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.27.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.27.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.28. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.28.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos previstos no “ANEXO II – Documentação exigida para Habilitação”, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.6. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 6.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes** na data de entrega das propostas.
- 6.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, artigos 4º, § 1º, e 6º, § 4º)
- 6.10. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, artigo 7º, *caput*)
- 6.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, artigo 7º, parágrafo único)
- 6.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 6.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do “ANEXO II – Documentação exigida para Habilitação” somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, artigo 64, e IN 73/2022, artigo 39, § 4º):
- 6.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 6.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 6.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 6.11.1.
- 6.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**7. DO TERMO DE CONTRATO**

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; ou
  - b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 7.4. Os prazos dos itens 7.2 e 7.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**8. DOS RECURSOS**

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do artigo 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 9.1.3. não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.6. fraudar a licitação;
- 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.9. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública Municipal.
- 9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 9.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**10.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@saaetri.com.br](mailto:licitacoes@saaetri.com.br) e [licitacoes2@saaetri.com.br](mailto:licitacoes2@saaetri.com.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua 14 de dezembro, nº 398, Centro, Três Rios/RJ, CEP 25.802.210, no Setor de Protocolo da sede administrativa do SAAETRI.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11.DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**

- 11.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 11.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) às quais se submeterá o objeto, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 11.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do objeto ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 11.2. A CONTRATADA (ou Contratado/Fornecedor/Conveniado/Parceiro) obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.
- 11.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto do instrumento contratual;
- 11.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento prévio, indispensáveis ao objeto, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS (ou CONTRATANTE), responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado no instrumento contratual, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;
- 11.2.3. Os dados obtidos em razão da contratação serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.
- 11.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previsto, inadequado ou ilícito, tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto da contratação ou o MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS está exposto.
- 11.3.1. A critério do MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto contratado, no tocante a dados pessoais.
- 11.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.
- 11.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 11.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.
- 11.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, e os disponibilizando em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, mediante solicitação.
- 11.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos que tem acesso e que são de titularidade do MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do objeto.
- 11.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto do instrumento contratual.
- 11.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.
- 11.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades do instrumento contratual, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.
- 11.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.
- 11.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 11.9. Encerrada a vigência do instrumento contratual ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS e, no prazo 180 (cento e oitenta) dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e/ou sensíveis e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico) ficando obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias físicas e digitais que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados, salvo quando a CONTRATADA tenha, por obrigação legalmente anuída do MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 11.9.1. À CONTRATADA não será permitida manter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto do instrumento contratual, após o encerramento do mesmo.
- 11.10. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no instrumento contratual ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS para as finalidades pretendidas no instrumento contratual.
- 11.11. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores.
- 11.12. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS.
- 11.12.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).
- 11.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações aqui descritas, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 11.14. O não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui descritas sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

**12.DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www1.primaxonline.com.br/portalservicos/menulic.php?p1=Uko=&p2=MzkuNzU0LjI0Ny8wMDAxLTM5> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua 14 de dezembro, nº 412, Departamento de Licitações, Centro, Três Rios/RJ, CEP 25.802-210, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 12.11. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**
- 12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
  - 12.11.2. ANEXO II – Documentação exigida para habilitação;
  - 12.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
  - 12.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta.

**Três Rios, 25 de fevereiro de 2026.**

**Luciano de Miranda Mascarenhas**  
**Diretor do SAAETRI**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0005-2026**  
**DEP – Departamento de Engenharia e Projetos****1. OBJETO**

**1.1.** A contratação tem por objeto a **prestação de serviços técnicos especializados para execução de Trabalho Técnico Social (TTS)** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas na Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014 e a Sistemática 2012 – Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, ambos do MCIDADES, e ainda quaisquer legislações que couber.

**1.2.** O Trabalho Técnico Social compreende o conjunto de ações de caráter informativo, educativo e participativo, destinadas à mobilização, ao acompanhamento e ao fortalecimento da participação da população diretamente impactada pela obra, visando promover a apropriação social do empreendimento, a mitigação de impactos socioambientais, o apoio à execução da obra e a sustentabilidade dos investimentos públicos realizados.

**1.3.** Os serviços a serem contratados deverão abranger, no mínimo:

- o diagnóstico socio territorial da área de intervenção;
- a mobilização e a comunicação social junto à população beneficiária;
- ações de educação sanitária, ambiental e patrimonial;
- o acompanhamento social das etapas da obra;
- a produção de relatórios, registros e demais produtos exigidos pelo agente financiador.

**1.4.** A execução do objeto deverá observar integralmente o Termo de Referência, as normas aplicáveis à política pública de saneamento básico, bem como as orientações técnicas do Ministério das Cidades para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social em empreendimentos financiados com recursos federais.

**1.5.** O presente Termo de Referência (TR) reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para a contratação acima referida.

**1.6. Classificação do Objeto**

Nos termos do art. 6º, incisos XXII da Lei nº 14.133/2021, o presente objeto é classificado como serviço técnico especializado, uma vez que envolvem trabalhos relativos a estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou executivos, pareceres, perícias, avaliações e auditorias, em geral, bem como fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, e patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de execução do Trabalho Técnico Social (TTS) como ação obrigatória e indissociável das obras de saneamento básico financiadas com recursos federais, em especial no âmbito do Programa de Saneamento Integrado – Novo PAC, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades.

O Trabalho Técnico Social constitui instrumento essencial para assegurar a participação informada da população diretamente impactada, promover a comunicação adequada sobre as intervenções previstas,

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

minimizar conflitos durante a execução da obra e contribuir para a sustentabilidade social, ambiental e institucional do empreendimento, garantindo que os benefícios do investimento público sejam plenamente apropriados pelos usuários finais.

A contratação de empresa especializada mostra-se necessária tendo em vista que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios – SAAETRI não dispõe, em seu quadro permanente, de equipe técnica multidisciplinar especializada em Trabalho Técnico Social, com disponibilidade e dedicação compatíveis com a complexidade e a duração das ações exigidas, o que inviabiliza a execução direta do objeto sem prejuízo às atividades finalísticas da Autarquia.

Adicionalmente, a execução do TTS demanda conhecimento técnico específico nas áreas de mobilização social, diagnóstico socio territorial, educação ambiental e acompanhamento social de obras de saneamento, bem como experiência comprovada na interlocução com comunidades impactadas por intervenções urbanas.

Ressalta-se, ainda, que a ausência ou execução inadequada do Trabalho Técnico Social pode resultar em atrasos na execução da obra, baixa adesão da comunidade às ações propostas, aumento de riscos sociais e operacionais, bem como em questionamentos por parte do agente financiador, comprometendo a regularidade do empreendimento e a liberação de recursos.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se oportuna, necessária e vantajosa para a Administração Pública, por assegurar o atendimento às exigências normativas aplicáveis, mitigar riscos previamente identificados no gerenciamento de riscos da contratação e contribuir para a efetividade das políticas públicas de saneamento básico implementadas no Município de Três Rios/RJ.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** Considerando as características do objeto deste ETP, entende-se que a melhor solução para atendimento à demanda é a execução indireta do serviço por meio da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados em elaboração e execução de Trabalho Técnico Social (TTS), conforme as diretrizes do Ministério das Cidades.

**3.2.** O TTS deverá ser concebido como um conjunto integrado e contínuo de ações a serem desenvolvidas antes, durante e após a execução da obra de saneamento básico, considerando todo o ciclo de vida do objeto contratado.

**3.3.** Na fase inicial, a solução contempla a realização de **diagnóstico socio territorial** da área de intervenção, com levantamento de informações sociais, econômicas e institucionais relevantes, identificação dos públicos diretamente impactados e mapeamento de lideranças comunitárias, de modo a subsidiar o planejamento das ações e a adequada estratégia de mobilização social.

**3.4.** Durante a fase de execução da obra, o Trabalho Técnico Social deverá promover **ações permanentes de mobilização, comunicação e acompanhamento social**, assegurando o fluxo adequado de informações à população beneficiária, o esclarecimento sobre etapas, prazos e eventuais interferências da obra, bem como o apoio à mediação de conflitos e à mitigação de impactos socioambientais decorrentes das intervenções. Ainda no curso da execução contratual, a solução inclui a implementação de **ações de educação sanitária, ambiental e patrimonial**, com foco no uso adequado dos sistemas implantados, na preservação das infraestruturas públicas e na promoção de práticas sustentáveis, contribuindo para a efetividade e a durabilidade dos investimentos realizados.



Proc. nº
Folha nº _____
Ass. _____



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

**3.5.** Na fase final, o Trabalho Técnico Social deverá consolidar **os resultados alcançados** por meio da avaliação das ações executadas, da sistematização das informações produzidas e da elaboração dos relatórios e produtos exigidos pelo agente financiador, garantindo a rastreabilidade das atividades desenvolvidas e a comprovação do cumprimento das diretrizes estabelecidas.

**3.6.** A contratação será realizada por meio da modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, conforme o disposto no art. 29, parágrafo único, e art. 56, inciso II da Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla participação, transparência e competitividade.

### **4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – Art. 6º, XXIII, “d” da Lei nº 14.133/2021**

#### **4.1. Requisitos técnicos**

**4.1.1.** A Contratada deverá possuir experiência comprovada na elaboração e execução de projetos de trabalho social e apresentar corpo técnico com experiência comprovada, compatível com a natureza e o volume das ações a serem contratadas.

**4.1.2.** A contratada deverá possuir comprovante do registro da empresa perante o Conselho da Classe, Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, sediado na região da sede da licitada.

**4.1.3.** A contratada deverá possuir comprovante de inscrição do responsável técnico no conselho profissional respectivo com o comprovante de quitação da anuidade do exercício em curso, extraído da região em que estiver vinculado.

**4.1.3.1.** A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da licitante far-se-á por meio de juntada de cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou do contrato de trabalho, ou por meio de contrato social quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante.

**4.1.4.** A formação do responsável técnico pela empresa deverá ser obrigatoriamente em serviço social, a qual será comprovada por diploma ou certificado de graduação.

**4.1.5.** A interessada deverá apresentar, no mínimo, **01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou anteriormente, de forma satisfatória, os serviços de Projeto e Execução de Trabalho Técnico Social conforme as normativas do Ministério das Cidades.

*Obs.:*

- 1. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.*
- 2. Será admitida a soma de atestados apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.*

**4.1.6.** A interessada deverá apresentar Acervo Técnico de Atividades expedido pelo Conselho Regional da categoria profissional correspondente, ou; Contrato de trabalho ou prestação de serviços firmado com pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**4.1.7.** A contratada deverá ter profissionais disponíveis para o desenvolvimento das atividades e produtos conforme apresentados no cronograma de execução de atividades, cujas datas e horário de realização serão de



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

acordo com a necessidade e interesse da população beneficiada, podendo inclusive ocorrer à noite e finais de semana.

**4.1.8.** A contratada deverá apresentar declaração referente ao comprometimento em disponibilizar os recursos humanos necessários para a execução dos serviços, relativos à Equipe Técnica Principal e Complementar.

**4.1.9.** A empresa executante deverá apresentar declaração de que têm disponibilidade de meios e equipamentos mínimos para a execução dos trabalhos contratados, tais como: computadores, impressoras, data show, máquinas fotográficas, som, microfone e estrutura logística de escritório para subsidiar seus colaboradores.

**4.1.10.** A licitante deverá fazer uma análise, sobre o objeto a ser contratado e das prováveis dificuldades a serem enfrentadas no transcorrer dos trabalhos, abordando aspectos relativos ao conhecimento técnico e logístico do problema, questões locais, conforme se observa na sequência:

**CONHECIMENTO TÉCNICO DO PROBLEMA**

- Pesquisa e análise de informações: evidenciar conhecimento específico das localidades ou regiões objeto da licitação, tais como características da área de intervenção e do entorno; caracterização da população beneficiária; caracterização da organização comunitária; caracterização da intervenção física, entre outras informações relevantes.
- Dificuldades técnicas previsíveis: indicar as dificuldades técnicas que poderão surgir ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, bem com as particularidades que poderão influir nas soluções, tendo em vista as condições locais.
- Aspectos legais envolvidos nos projetos: demonstrar conhecimento dos aspectos legais e normativos envolvidos para o desenvolvimento das etapas de execução, tais como: legislação dentre outros aspectos intervenientes nos estudos/projetos a executar.
- Resolução técnica do problema: apresentar os principais procedimentos técnicos a serem adotados na elaboração dos estudos/projetos, enfatizando as formas e alternativas das soluções possíveis e as interfaces entre inspeção de campo, levantamentos e desenvolvimento dos trabalhos.

**CONHECIMENTOS LOGÍSTICO DO PROBLEMA**

- Dificuldades logísticas previsíveis: apresentar explanação que demonstre os serviços a executar, especialmente quanto às dificuldades de mobilização e instalação pertinentes aos trabalhos, tais como: meios de transporte, condições viárias e de acesso, hospedagem, alimentação, meios de comunicação e disponibilidade de mão de obra local para execução dos serviços de mobilização social, dentre outros.
- Soluções possíveis de serem adotadas: indicar, face às dificuldades avaliadas, as possíveis soluções a serem dadas no desenvolvimento dos trabalhos, particularmente quanto as interfaces de visitas técnicas, levantamentos de campo, etc.

**PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA**

- O licitante deverá apresentar Plano de Trabalho e Metodologia, por meio de texto dissertativo, consoante o universo dos trabalhos previstos no Termo de Referência, em termos de abrangência, localização e conteúdo/escopo, deverá demonstrar também o seu entendimento do problema nos seus aspectos técnicos e logístico, abrangendo os pontos enumerados em sequência.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- Texto dissertativo que indique a relação das atividades e tarefas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos (etapas de execução), no qual deve informar às diretrizes que 10 apontem a solução dos problemas encontrados. O plano de trabalho deverá demonstrar, de forma clara, o seu alcance e abrangência em relação ao todo o objeto e escopo desta licitação.
- O Plano de Trabalho deve também equacionar as dificuldades advindas das interrelações entre as etapas de execução, consoante com o cronograma de atividades apresentadas no PTS e no PDST.

**METODOLOGIA DE EXECUÇÃO**

- O licitante deverá informar os métodos e procedimentos de execução de cada uma das atividades e tarefas constantes do Plano de Trabalho, com apresentação do dimensionamento e o planejamento das equipes de campo e de escritório, com descrição detalhada das estratégias para cumprimento das etapas de execução.

**4.1.11. O Trabalho Técnico Social deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:**

- a) Identificação: dados cadastrais do Proponente/Agente Executor; localização da intervenção (endereço), número total de famílias beneficiárias;
- b) Diagnóstico sócio territorial: deverá ser realizado a partir da caracterização elaborada na Proposta Preliminar, contendo:
  - b.1) na área de intervenção, por meio de pesquisa sociofamiliar censitária, amostral:
    - b.1.1) renda mensal da renda das famílias;
    - b.1.2) número de habitantes por faixa etária, número de pessoas com deficiência, composição familiar e coabitação involuntária e o adensamento excessivo, quando houver;
    - b.1.3) escolaridade dos membros da família, a profissão e situação de emprego dos que percebem renda, justificando a necessidade de articulação com a assistência social e educação;
    - b.1.4) infraestrutura para mobilidade (vias, vielas e escadarias) e disponibilidade de meios de transporte;
    - b.1.5) nas intervenções de saneamento, obtido por meio do inquérito sanitário domiciliar, conforme manual do programa, deverá ser incorporado ao diagnóstico socio territorial;
    - b.1.6) na área de intervenção de saneamento, mapeamento das doenças e agravos relacionados à falta de saneamento e de condições de habitabilidade;
    - b.1.7) os instrumentos de coleta de dados devem possibilitar o levantamento e o monitoramento dos indicadores previstos no modelo lógico de indicadores para avaliação e execução das atividades.
  - b.2) na macro área (que inclui a poligonal de intervenção), por meio de metodologias rápidas e participativas ou dados secundários:
    - b.2.1) as necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias, em termos de equipamentos sociais públicos;
    - b.2.2) pesquisa de entidades sociais e comunitárias atuantes e que deverá cobrir, no mínimo, os seguintes itens: formalização, áreas temáticas de atuação, número e tipo de membros ou beneficiários, principais sucessos e problemas;
    - b.2.3) incidência de criminalidade, formação de grupos ilícitos, tráfico de entorpecentes, violência doméstica, exploração à prostituição, entre outros;
    - b.2.4) levantamento das instituições que atuam com educação ambiental e mobilização social na região, incluindo as experiências e programas de educação ambiental em desenvolvimento;
    - b.2.5) mapeamento de demandas do mercado do trabalho e setores mais dinâmicos da região: oferta de comércios, potencialidades econômicas e culturais da região beneficiada que podem ser fomentadas por meio de cursos de capacitação, quando for o caso, bem como disponibilidade de entidades formadoras qualificadas;

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- b.2.6) mapeamento de equipamentos, projetos, programas e políticas públicas – já em andamento ou previstos – potencialmente relevantes para a inclusão social, produtiva, preservação ambiental e desenvolvimento local, inclusive através de articulações intersetoriais;
- b.2.7) identificação de áreas de vulnerabilidade e risco social a serem priorizadas pela ação pública, principalmente através de articulações intersetoriais;
- b.2.8) levantamento das informações relacionadas às condições de vida dos catadores, quando houver, e de seus familiares, no lixão e nas ruas, assim como dados e informações sobre a quantidade de famílias que sobrevivem da atividade da coleta, o número de associações ou cooperativas existentes, a existência de trabalho infantil, entre outras informações consideradas pertinentes ao planejamento das ações do Trabalho Social;
- b.2.9) existência e características dos impactos ambientais identificados, quando for o caso;
- b.2.10) outras informações avaliadas como necessárias pelo Proponente/Agente Executor para subsidiar a análise dos impactos sociais e as medidas necessárias para garantir a sustentabilidade do empreendimento;
- c) Justificativa: discorrer brevemente sobre a proposta de Trabalho Social em relação à intervenção a ser realizada e sua relação com o contexto do projeto e os problemas da área;
- d) Objetivos: definir os objetivos geral e específicos do Trabalho Social em relação à intervenção proposta;
- e) Ações e estratégias de execução: deverão ser definidas a partir dos resultados obtidos pelo diagnóstico sócio territorial, descrevendo as atividades, os mecanismos, a metodologia, técnicas e instrumentos a serem utilizados e a sequência de operacionalização, considerando o conteúdo descrito nos 4 (quatro) eixos;
- e.1) Mobilização, organização e fortalecimento social - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.
- e.2) Acompanhamento e gestão social da intervenção – visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a identificação, encaminhamento e solução de problemas construtivos ou de manutenção referentes ao empreendimento, em articulação com a construtora, os Entes Públicos e as concessionárias de acordo com as respectivas competências.
- e.3) Educação ambiental e patrimonial - visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.
- e.4) Desenvolvimento Socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento sócio territorial de médio e longo prazo.
- f) Monitoramento: explicitando os mecanismos que serão utilizados pelo Proponente/Agente Executor para monitoramento das ações do Trabalho Social, destacando os meios e os prazos do monitoramento;
- g) Equipe de trabalho social: com descrição das atividades/atribuições do responsável técnico pelo PTS/Coordenador e de cada integrante, além das respectivas formações profissionais;
- h) Orçamento: contendo os custos das ações/atividades a serem implementadas pelo Trabalho Técnico Social, bem como com as famílias beneficiárias, diagnósticos e com os demais insumos que subsidiarão a execução do serviço.
- i) Estratégias de execução para elaboração do Trabalho Técnico Social.

Proc. nº
Folha nº _____
Ass. _____



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

j) Regime de execução: indicar que a execução será de forma mista, ações executadas forma terceirizada.

k) Cronograma Físico-Financeiro: contendo o tempo e custo de execução de todas as atividades previstas no Trabalho Técnico Social.

### 4.2. Requisitos sociais e sustentáveis

**4.2.1.** O Trabalho Técnico Social deverá assegurar a informação, mobilização e participação social da população beneficiária ao longo de todas as etapas da intervenção, garantindo o acesso a informações claras e tempestivas sobre o cronograma da obra, frentes de serviço, interferências temporárias, eventuais interrupções no abastecimento de água, desvios de tráfego e impactos transitórios decorrentes da execução da rede adutora.

**4.2.2.** As atividades de educação ambiental e patrimonial deverão promover a conscientização da população quanto ao uso racional da água, à prevenção de desperdícios, à redução de perdas internas nos imóveis e à preservação das infraestruturas do sistema de abastecimento, visando à sustentabilidade ambiental, operacional e social da rede adutora implantada.

**4.2.3.** As metodologias adotadas deverão garantir a acessibilidade e inclusão social, assegurando a participação de idosos, pessoas com deficiência e demais grupos com mobilidade reduzida nas ações de mobilização, orientação, acompanhamento e capacitação previstas no Trabalho Técnico Social.

**4.2.4.** Deverá ser priorizada, sempre que possível, a articulação com políticas públicas locais, programas sociais, instituições públicas e organizações da sociedade civil, de modo a potencializar os resultados das ações sociais, evitar sobreposição de iniciativas e assegurar a sustentabilidade social das intervenções. A execução das atividades deverá considerar as condições sociais, culturais e territoriais da área de intervenção, com especial atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo processos inclusivos, participativos e acessíveis.

**4.2.5.** A execução do Trabalho Técnico Social deverá observar princípios de eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade social, com registro sistemático, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, conforme os indicadores e instrumentos definidos no Plano de Trabalho Social, assegurando a efetividade e a perenidade dos resultados da implantação da rede adutora de água.

**4.2.6.** Deverão ser adotadas estratégias de mediação social e comunicação contínua com a população beneficiária, visando minimizar conflitos, tratar reclamações, esclarecer dúvidas e apoiar a gestão social dos impactos temporários da obra, em articulação com a fiscalização do contrato e com a equipe técnica responsável pela execução da intervenção.

**4.2.7.** A contratada deverá incentivar o cuidado, a valorização e a correta utilização da infraestrutura implantada, reforçando a noção de pertencimento, corresponsabilidade e preservação do patrimônio público associado ao sistema de abastecimento de água.

**4.2.8.** Sempre que possível, as ações do Trabalho Técnico Social deverão ser articuladas com políticas públicas locais, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, educação ambiental e saneamento básico, de modo a potencializar os resultados da intervenção e garantir sua sustentabilidade social.

### 4.3. Requisitos legais

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

**4.3.1.** Para a prestação dos serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2022.

**4.3.2.** Deverão ser atendidas as disposições legais e regulatórias relacionadas ao setor de saneamento básico, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 11.445/2007, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.026/2020, especialmente no que se refere à universalização do acesso ao abastecimento de água, à sustentabilidade dos serviços e à participação social.

**4.3.3.** A contratação deverá observar, além da legislação geral aplicável às contratações públicas, as normas técnicas, manuais e diretrizes específicas do setor de saneamento básico, especialmente aquelas editadas pelo Ministério das Cidades, dentre as quais se destacam:

- a) **Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades**, que dispõe sobre diretrizes, procedimentos e condicionantes aplicáveis aos empreendimentos de saneamento básico, no que couber ao objeto da contratação;
- b) **Sistemática 2012 – Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**, instituída pelo Ministério das Cidades, disponível no sítio eletrônico oficial do referido Ministério, a ser observada no planejamento, na elaboração, na execução e no acompanhamento das atividades relacionadas ao objeto contratado.

**4.3.4.** A contratada deverá observar a legislação profissional pertinente, incluindo o registro regular da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho de Classe competente, bem como o cumprimento das normas éticas e técnicas que regem o exercício profissional do Serviço Social.

**4.3.5.** Deverá ser observada a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde no trabalho vigente, sendo de inteira responsabilidade da contratada o cumprimento das obrigações decorrentes da relação de trabalho com seus empregados e colaboradores, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, salvo nos termos da legislação aplicável.

**4.3.6.** A execução dos serviços deverá observar a legislação ambiental vigente, no que couber, bem como as normas relativas à educação ambiental, à proteção do patrimônio público e à mitigação de impactos socioambientais decorrentes da implantação da rede adutora de abastecimento de água.

**4.3.7.** Deverá ser assegurado o cumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), especialmente no tratamento de informações socioeconômicas das famílias beneficiárias, garantindo a confidencialidade, a segurança e o uso adequado dos dados coletados no âmbito do Trabalho Técnico Social.

**4.3.8.** A contratada deverá observar, ainda, as demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, federais, estaduais e municipais, bem como aquelas específicas do ente financiador, quando houver, responsabilizando-se integralmente por sua correta aplicação durante a execução contratual.

**4.4.** As exigências acima foram definidas de forma razoável, proporcional e vinculada à natureza do objeto, considerando o disposto no item 4.8.2 da INSEGES/ME nº 81/2022. Ressalta-se que tais requisitos não configuram critérios de habilitação e não têm caráter restritivo, servindo apenas como parâmetros mínimos para garantir a adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade e vantagem da Administração.



Proc. nº
Folha nº _____
Ass. _____



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



#### EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

As condições fixadas neste Termo de Referência foram definidas em conformidade com os princípios da **isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade**, previstos no **art. 37, XXI, da Constituição Federal**, bem como nos **arts. 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021**. Ressalta-se que os requisitos não se configuram como critérios de habilitação, mas sim como parâmetros técnicos necessários à execução contratual. Dessa forma, asseguram a **ampla participação dos interessados**, garantindo que a licitação seja conduzida de maneira isonômica e que o objeto seja executado com qualidade e eficiência, sem comprometer a competitividade.

**4.5.** Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Não.

**4.6.** Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

- Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 (sem cota para ME/EPP).

**4.7.** Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)? Não será exigida vistoria.

**4.8.** Será admitida a participação de consórcios? **NÃO.**

**4.9.** Será admitida a participação de cooperativas? **NÃO.**

**4.10.** Será admitida a subcontratação? Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

**4.11.** Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes? Não.

**4.12.** Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços): SIM.

Os documentos adicionais a serem solicitados encontram-se discriminados nos **Itens 8.1. Critérios de Pontuação Técnica e 8.3. Qualificação técnica**.

**4.13.** Será exigida prova de conceito? Não.

**4.14.** Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia? Não.

**4.15.** Para a prestação dos serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2022.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – art. 6º, XXIII, “e”, e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**

**5.1. Instrumento Contratual**

( x ) Contrato

( ) Contrato + Ata de Registro de Preços



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026****5.2. Vigência do contrato**

**5.2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.3. Vigência da Ata de Registro**

Não se aplica a Ata de Registro de Preços ao presente caso.

**5.4. Reajuste de Preços do Contrato**

( x ) O preço a ser pactuado será fixo e irreajustável, inexistindo a possibilidade da adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira em que a periodicidade de aplicação seja inferior a 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do art. 2º, Lei Federal nº 10.192/01.

( ) Em caso de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do acréscimo do valor contratual, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (indicar o índice setorial atrelado ao objeto) contados da data do orçamento, na forma do que dispõe o § 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

**5.5. Forma de execução e formalização dos serviços**

- A contratação almejada será efetuada, de forma única, de acordo com as disposições deste Termo de Referência.

- A Contratada deverá, mediante emprego das melhores técnicas, executar os serviços utilizando-se de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

- A Contratada deverá proporcionar subsídios aos seus profissionais para que se apresentem de forma adequada, trajando uniformes limpos, fornecidos às suas expensas e identificados por crachá com foto.

- A prestação do serviço deverá atender a legislação municipal vigente, bem como as normas técnicas inerentes ao objeto.

- A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado nesse Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

**5.5.1. Local da prestação do serviço**

**5.5.1.1.** A Contratada deverá atuar no município de **Três Rios/RJ, nos bairros diretamente impactados pela obra, a saber: Cidade Nova, Santa Rosa, Boa União, Santa Terezinha, Purys e Monte Castelo**, atendendo integralmente aos requisitos expressos neste Termo de Referência.

**5.5.2. Prazo de execução dos serviços**

**5.5.2.1.** O prazo de execução dos serviços é de 18 (dezoito) meses contados da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.5.3. Garantia do serviço**

Proc. nº
Folha nº _____
Ass. _____



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

- ( ) Não será exigida garantia do serviço.  
( x ) Será exigida garantia do serviço.

A Contratada deverá garantir a plena, adequada e tempestiva execução dos serviços contratados, responsabilizando-se integralmente pela qualidade técnica, pela conformidade metodológica e pelo fiel cumprimento de todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, no contrato, no Plano de Trabalho e nas normativas legais e técnicas aplicáveis.

A garantia da execução dos serviços compreenderá a obrigação da Contratada de corrigir, ajustar, complementar ou rerepresentar, **sem qualquer ônus adicional para a Administração**, quaisquer falhas, impropriedades, inconsistências técnicas, metodológicas ou documentais identificadas durante a execução contratual ou na análise dos produtos entregues, inclusive aquelas apontadas pela fiscalização do contrato ou pelo agente financeiro.

**Caso o Trabalho Técnico Social, em qualquer de suas etapas ou produtos, não seja aprovado pela Caixa Econômica Federal — na condição de agente operador do financiamento —, a Contratada ficará obrigada a proceder, de forma imediata, às adequações, revisões, complementações ou reformulações exigidas, até a sua plena aprovação, sem direito a reajuste de preços, acréscimos contratuais ou indenizações de qualquer natureza.**

A aceitação dos serviços pela Administração não afasta nem limita a responsabilidade técnica, civil e administrativa da Contratada, permanecendo válida a garantia quanto à qualidade, correção, exatidão e adequação dos serviços prestados, nos termos da legislação vigente.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 6º, XXIII, “f”, da Lei nº 14.133/2021

Gestor:

Nome: Laila Thamiris Massi Barbosa
Cargo: Engenheira Civil
Matrícula: 725
E-mail: <a href="mailto:engenharia.laila@saaetri.com.br">engenharia.laila@saaetri.com.br</a>

Fiscal:

Nome: Wagner César de Mello Jardim
Cargo: Engenheiro Civil
Matrícula: 585
E-mail: <a href="mailto:engenharia.wagner@saaetri.com.br">engenharia.wagner@saaetri.com.br</a>

#### 6.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

##### 6.1.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da empresa contratada às dependências do Município, no trato de questões relacionadas à execução do objeto.
- Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da Contratada.
- Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, de forma a verificar a sua perfeita execução.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- d) Manter, através da Fiscalização, registros e documentos de controle relacionados com a execução do objeto.
- e) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- f) Expedir documento de inspeção dos serviços prestados emitido pela Fiscalização, que servirá como instrumento de avaliação e atestado do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.
- g) A Fiscalização manterá Pasta de Ocorrência onde serão juntados todos os documentos relacionados com os serviços de execução do objeto.
- h) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- i) Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.
- j) Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência.
- k) Verificar, durante a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- l) Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato, bem como dos termos aditivos que porventura venham a ser firmados.
- m) Efetuar o pagamento da Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- n) O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA****6.2.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- a) Manter, durante toda a vigência da contratação, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para os serviços ora contratados.
- b) Executar os serviços contratados conforme especificações deste termo e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade para execução do objeto.
- c) Credenciar, junto ao Município, preposto para representá-lo e atender às solicitações efetuadas pelo Gestor da contratação.
- d) Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado e nos locais previstos, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas neste termo.
- e) Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários os pagamentos de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas, emolumentos e licenças concedidas pelo poder público.
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do Município, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência dos serviços executados em desacordo com as especificações deste Termo

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

de Referência, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

- g) Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.
- h) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização do Contratante.
- i) Garantir acesso, a qualquer tempo, da Fiscalização ao serviço em contratação.
- j) Cientificar, imediatamente, à Fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço.
- k) Substituir o objeto as suas expensas, no todo ou em parte, quando executado com defeitos ou incorreções, bem como quando em desacordo com este termo.
- l) Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela Fiscalização.
- m) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do Contrato ou Instrumento Equivalente.
- n) Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.
- o) Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser fornecido.

**7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO - art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021****7.1. Prazos**

- Prazo de recebimento provisório do objeto: até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega do produto ou da etapa executada.
- Prazo para reparar, corrigir os serviços: até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal da fiscalização do contrato, sem ônus adicional para a Administração.
- Prazo de recebimento definitivo do objeto: até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório e da comprovação do atendimento integral das exigências contratuais.
- Prazo de Liquidação: 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, conforme Decreto Municipal nº 7182 de 31/01/2024.
- Prazo de pagamento: 20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa, conforme Decreto Municipal nº 7182 de 31/01/2024.

- 7.1.1.** Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar as regras de retenção do Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte do Contratante. 7.1.2. No caso da Contratada ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 36, ambos da Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, SOB PENA DE RETENÇÃO DE TRIBUTOS NA FONTE.

**7.2. Recebimento:**

- Os serviços serão recebidos provisoriamente pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- O recebimento do objeto será realizado de forma provisória pela fiscalização, no prazo máximo informado no tópico acima, nos termos do art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do objeto, identificando eventuais problemas.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito à Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e pagamento até que sanada a irregularidade.
- Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.
- O recebimento definitivo do objeto será efetuado pela fiscalização, nos termos do art.140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo máximo informado no tópico acima, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência.
- O aceite/aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – art. 6º, XXIII, “h”, da Lei nº 14.133/2021**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na forma de CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento pela técnica e preço. Nesse modelo, o processo de julgamento observará as seguintes etapas:

- ✓ **Análise da proposta técnica** – As propostas serão avaliadas segundo critérios objetivos previamente definidos no edital, considerando aspectos como a experiência da empresa, a qualificação da equipe, a metodologia de execução, a inovação tecnológica, os prazos de execução e a aderência às necessidades do objeto.
- ✓ **Análise da proposta de preço** – Após a avaliação técnica, proceder-se-á à análise da proposta comercial, com vistas a assegurar a economicidade e a compatibilidade com o orçamento estimado.
- ✓ **Ponderação técnica e preço** – A nota final de cada licitante será obtida por meio de **média ponderada** entre as notas da proposta técnica e da proposta de preço, respeitados os pesos previamente definidos no edital, conforme previsto no §1º do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ **Classificação final** – Será declarada vencedora a empresa que apresentar a **melhor combinação entre qualidade técnica e preço**, atendendo ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**8.1. Critérios de Pontuação Técnica**

Item	Critério Técnico	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Experiência da Empresa	Avaliação da experiência comprovada da empresa na elaboração e execução de Trabalho Técnico Social vinculado a obras de saneamento básico, especialmente em empreendimentos financiados por programas federais (PAC / Ministério das Cidades), mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto.	20 pontos
B	Qualificação da Equipe Técnica	Avaliação da formação acadêmica, registro profissional, experiência específica do responsável técnico (assistente social) e da equipe principal e complementar, considerando atuação prévia em projetos de Trabalho Técnico Social, mobilização	25 pontos



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

Item	Critério Técnico	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
C	Plano de Trabalho	comunitária, diagnóstico socio territorial, educação ambiental e gestão social de obras de infraestrutura. Avaliação da coerência, clareza, objetividade, abrangência e adequação do Plano de Trabalho proposto, incluindo a identificação das etapas, atividades, produtos, interfaces com a obra da adutora de água, cronograma e estratégias de execução compatíveis com as diretrizes do Ministério das Cidades.	25 pontos
D	Metodologia de Execução	Avaliação da metodologia proposta para execução do Trabalho Técnico Social, considerando a utilização de metodologias participativas, estratégias de mobilização social, acompanhamento das intervenções, educação ambiental e patrimonial, desenvolvimento socioeconômico, bem como a capacidade de adaptação às condições locais e às demandas da população beneficiada.	20 pontos
E	Conhecimento do Contexto Local e Logística	Avaliação do conhecimento demonstrado acerca das características socioeconômicas, territoriais e institucionais da área de intervenção, bem como das estratégias logísticas propostas para atuação em campo, mobilização da população, comunicação social e mitigação de impactos decorrentes da implantação da adutora de água.	10 pontos
<b>Total Máximo da Proposta Técnica</b>			<b>100 pontos</b>

**Apuração da pontuação técnica**

As Licitantes serão relacionadas em ordem decrescente de classificação de acordo com a pontuação total das Propostas Técnicas (PT) obtidas para cada uma, conforme quadro apresentado a seguir:

Nº DE ORDEM	EMPRESA LICITANTE	PROPOSTA TÉCNICA (PT)
1		
2		
3		
...		

As Licitantes relacionadas no quadro acima terão seus ÍNDICES TÉCNICOS (IT) calculados dividindo-se a pontuação total da PROPOSTA TÉCNICA (PT) de cada uma pelo maior PT apurado entre as Licitantes, de acordo com a fórmula:

$$IT = PT / PT_{\max}$$

Onde:

$IT_i$  = Índice Técnico da licitante  $i$

$PT_i$  = Pontuação total da Proposta Técnica da licitante  $i$

$PT_{\max}$  = Maior pontuação técnica apurada entre todas as licitantes habilitadas



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

Os resultados obtidos com os cálculos dos ÍNDICES TÉCNICOS serão apontados, em ordem decrescente, no quadro apresentado a seguir:

Nº DE ORDEM	EMPRESA LICITANTE	ÍNDICE TÉCNICO (ITI)

**Apuração da proposta comercial**

Os Preços Globais das Propostas Comerciais, cujas Licitantes estejam relacionadas no quadro APURAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA, serão preenchidos no quadro a seguir de acordo com a ordem decrescente da classificação obtida pelas Licitantes na Proposta Técnica:

EMPRESA LICITANTE	VALOR PROPOSTO

Na avaliação da Proposta Comercial, a Contratante adotará o critério do menor preço proporcional, sendo o Índice de Preço (IP) calculado pela razão entre o menor preço global apresentado e o preço global da proposta da licitante, conforme fórmula abaixo:

$$IP = P_{\min} / P_i$$

Onde:

**P<sub>min</sub>** - corresponde ao menor preço global dentre as propostas válidas

**P<sub>i</sub>** - corresponde ao preço global da proposta da licitante avaliada

**Avaliação final das propostas técnica e comercial**

A Licitante que não tenha sido eliminada do Processo Licitatório após a avaliação de sua Proposta Técnica e Comercial, terá sua AVALIAÇÃO FINAL realizada pela CONTRATANTE de acordo com os seguintes critérios:

**a) Ponderação:**

PROPOSTA TÉCNICA: Peso 7

PROPOSTA COMERCIAL: Peso 3

**b) O valor da AVALIAÇÃO FINAL (AF) das propostas Técnica e Comercial de cada Licitante será obtido aplicando-se a seguinte fórmula:**

$$AF = (IT \times 0,70) + (IP \times 0,3)$$

Onde:

**AF** - AVALIAÇÃO FINAL da Licitante em avaliação;

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

**IT** - ÍNDICE TÉCNICO obtido pela Licitante em avaliação;

**IP** - ÍNDICE DE PREÇO obtido pela Licitante em avaliação.

**Observação:** os cálculos serão realizados considerando-se 02 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

- c) Em seguida, as Licitantes serão relacionadas em ordem decrescente de acordo com o valor obtido na AVALIAÇÃO FINAL (AFi) de cada uma, conforme quadro apresentado a seguir:

EMPRESA LICITANTE	AVALIAÇÃO FINAL (AFi)

- d) Será considerada vencedora do Processo Licitatório, a Licitante que obtiver o maior valor na sua AVALIAÇÃO FINAL (AFi).

## 8.2. Qualificação econômico-financeira

( x ) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, do art. 69, caput, inciso II.

## 8.3. Qualificação técnica (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

**8.3.1.** A contratada deverá possuir comprovante do registro da empresa perante o Conselho da Classe, Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, sediado na região da sede da licitada.

**8.3.2.** A contratada deverá possuir comprovante de inscrição do responsável técnico no conselho profissional respectivo com o comprovante de quitação da anuidade do exercício em curso, extraído da região em que estiver vinculado.

**8.3.2.1.** A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da licitante far-se-á por meio de juntada de cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou do contrato de trabalho, ou por meio de contrato social quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante.

**8.3.3.** A interessada deverá apresentar, no mínimo, **01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou anteriormente, de forma satisfatória, os serviços de Projeto e Execução de Trabalho Técnico Social conforme as normativas do Ministério das Cidades.

Obs.:

- Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.*
- Será admitida a soma de atestados apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.*

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

**8.3.4.** A interessada deverá apresentar Acervo Técnico de Atividades expedido pelo Conselho Regional da categoria profissional correspondente, ou; Contrato de trabalho ou prestação de serviços firmado com pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**8.3.5.** A contratada deverá apresentar declaração referente ao comprometimento em disponibilizar os recursos humanos necessários para a execução dos serviços, relativos à Equipe Técnica Principal e Complementar.

**8.3.6.** A empresa executante deverá apresentar declaração de que têm disponibilidade de meios e equipamentos mínimos para a execução dos trabalhos contratados, tais como: computadores, impressoras, data show, máquinas fotográficas, som, microfone e estrutura logística de escritório para subsidiar seus colaboradores.

**Justificativa para a exigência de qualificação técnica:**

A exigência de qualificação técnica tem por finalidade assegurar que a futura contratada detenha capacidade operacional, experiência prévia e estrutura profissional compatíveis com a complexidade, a relevância social e a responsabilidade técnica inerentes à execução do Trabalho Técnico Social.

O registro da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, bem como a comprovação de regularidade profissional, justificam-se pela necessidade de que as atividades sejam executadas por profissionais legalmente habilitados.

A exigência de comprovação de vínculo do responsável técnico com o quadro permanente da licitante visa assegurar a efetiva disponibilidade e o comprometimento técnico do profissional responsável pela coordenação e execução das atividades, reduzindo riscos de descontinuidade, fragilidade técnica ou mera cessão formal de responsabilidade, em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

A apresentação de atestado(s) de capacidade técnica demonstra que a empresa já executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto da contratação, assegurando que possui experiência prévia na elaboração e execução de Trabalho Técnico Social conforme as normativas do Ministério das Cidades, o que contribui para a seleção de propostas exequíveis e para a mitigação de riscos à Administração Pública.

Por fim, a exigência de declaração de comprometimento quanto à disponibilização de recursos humanos justifica-se pela necessidade de garantir que a contratada disponha de equipe técnica suficiente e adequada para o cumprimento do cronograma físico e das metas estabelecidas, considerando a natureza continuada das ações sociais, a interação com a população beneficiária e a articulação com os demais atores envolvidos na intervenção.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo estimado total da contratação constará anexo: Não.

**9.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato: Sim.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 6º, XXIII, “j”, da Lei nº 14.133/2021**

As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Ficha de Despesa
----------------------------	----------------------	---------------------	-------------------	------------------

02.05.17	17.512.2022.2093	3.3.90.39.00	000	1098
----------	------------------	--------------	-----	------

## **11. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)**

1.1. Todos os órgãos integrantes da Administração Direta deverão seguir expressamente o modelo padrão definido pelo Decreto Municipal nº 6966 de 02 de janeiro 2023, especialmente no que se refere à cláusula obrigatória a ser inserida em todos os instrumentos de ajuste pactuados, na forma estabelecida:

1.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

1.3. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

1.4. PARÁGRAFO SEGUNDO: O tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

1.5. A CONTRATADA (ou Contratado/Fornecedor/Conveniado/Parceiro) obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

1.6. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto do instrumento contratual.

1.7. PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento prévio, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS (ou CONTRATANTE), responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades.

1.8. PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dados obtidos em razão do contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

1.9. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previsto, inadequado ou ilícito, tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS está exposto.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

1.10. PARÁGRAFO ÚNICO: A critério do MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do contrato, no tocante a dados pessoais.

1.11. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

1.12. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

1.13. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

1.14. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, e os disponibilizando em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, mediante solicitação.

1.15. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos que tem acesso e que são de titularidade do MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do Contrato.

1.16. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto do instrumento contratual.

1.17. PARÁGRAFO ÚNICO: Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

1.18. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades do contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

1.19. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

1.20. PARÁGRAFO ÚNICO: A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

1.21. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS e, no prazo 180 (cento e oitenta) dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e/ou sensíveis e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico) ficando obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias físicas e digitais que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados, salvo quando a CONTRATADA tenha, por obrigação legalmente anuída do MUNICÍPIO DE TRÊS



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

RIOS, que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

1.22. PARAGRÁFO ÚNICO: A CONTRATADA não será permitida manter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto do instrumento contratual, após o encerramento do mesmo.

1.23. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no instrumento contratual ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS para as finalidades pretendidas no contrato.

1.24. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores.

1.25. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS.

1.26. PARAGRÁFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

1.27. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações aqui descritas, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

1.28. O não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui descritas sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

**12. SANÇÕES:**

**12.1.** A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

Parágrafo Primeiro. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima ou pessoa por quem ele delegar, do órgão ou entidade.

Parágrafo Segundo. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**12.2.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Parágrafo único. Para os fins do subitem 12.2, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

**12.3.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

I. dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II. dar causa à inexecução total do contrato;

III. deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V. não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Parágrafo Primeiro. Considera-se inexecução total do contrato:

a. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

Parágrafo Segundo. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

a. será notificado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

b. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do gestor do contrato e autoridade máxima.

c. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade.

d. preliminarmente à instauração do processo de que trata a alínea “c” deste parágrafo poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

Parágrafo Terceiro. A sanção prevista no subitem 12.3 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Três Rios, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo Quarto. A sanção de que trata o subitem 12.3 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da cidade de Três Rios.

**12.4.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento, quando couber, à órgãos superiores, para atuação no âmbito das respectivas competências.

Parágrafo Segundo. A sanção prevista no subitem 12.4, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Três Rios, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Proc. nº

Folha nº \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



**TRÊS RIOS**  
—PREFEITURA—

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

**12.5.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Parágrafo Primeiro. Não se aplica a regra prevista no subitem 12.5 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

Parágrafo Segundo. O disposto no subitem 12.5 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

**12.6.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, poderá a Administração aplicar à contratada multa de 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observados os seguintes critérios de dosimetria:

I – Percentual mínimo (0,5% a 5%): aplicável às infrações de menor gravidade, que não causem prejuízos relevantes à Administração ou à execução contratual, bem como na ausência de reincidência;

II – Percentual intermediário (5% a 15%): aplicável quando houver prejuízo moderado à execução contratual ou ao interesse público, ou na hipótese de reincidência em infrações de menor gravidade;

III – Percentual máximo (15% a 30%): aplicável em casos de dolo, fraude, má-fé, infrações de natureza grave ou gravíssima, ou quando a conduta causar prejuízo significativo à Administração, ao interesse coletivo ou comprometer a continuidade do serviço.

Parágrafo único. Na fixação do percentual da multa, a Administração levará em consideração a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os antecedentes da contratada e os danos efetivos ou potenciais causados ao erário e ao interesse público, conforme previsto no art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Três Rios, 06 de fevereiro de 2026.

**LAILA THAMIRIS MASSI BARBOSA**

Engenheira Civil

Departamento de Engenharia e Projetos

Matrícula 725

**ANEXO II – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO****1. Habilitação jurídica:**

- 1.1. No caso de **empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [Portal do Empreendedor — Empresas & Negócios](#).
- 1.3. No caso de **sociedade empresária** ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o **participante sucursal, filial ou agência**.
- 1.5. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), *conforme o caso*.
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 2.5. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 2.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 2.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**3. Qualificação econômico-financeira:**

- 3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Proc. nº

Folha nº \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



**TRÊS RIOS**  
—PREFEITURA—

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

#### **4. Qualificação técnica:**

**4.1.** As exigências para qualificação técnica da empresa são as que constam no item 4.1 do Termo de Referência, Anexo I ao edital.

**ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001-2026  
PROCESSO Nº 0338/2026****CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E  
ESGOTO DE TRÊS RIOS - SAAETRI, E  
\_\_\_\_\_ PARA A  
\_\_\_\_\_**

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS RIOS – SAAETRI, com sede na Rua 14 de dezembro, nº 412, Centro, Três Rios, CNPJ nº 39.754.247/0001-39, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ (nome) Secretário(a) de \_\_\_\_\_, portador(a) da CI nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na forma do Decreto Municipal nº 5.712, de 11 de janeiro de 2017, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(sua) \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, CI nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do resultado do EDITAL DE \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, ajustam entre si o presente CONTRATO, parte integrante do Processo Administrativo nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, mediante as seguintes CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta da Contratada;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de \_\_\_\_\_ contados do(a) \_\_\_\_\_, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no TERMO DE REFERÊNCIA.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

4.1. NÃO será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO** (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO** (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

6.2. Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar as regras de retenção do Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte do Contratante.

6.3. No caso da Contratada ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 36, ambos da Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, SOB PENA DE RETENÇÃO DE TRIBUTOS NA FONTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE** (art. 92, V)

7.1. O preço a ser pactuado será fixo e irreajustável, inexistindo a possibilidade da adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira em que a periodicidade de aplicação seja inferior a 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do art. 2º, Lei Federal nº 10.192/01.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à execução das obrigações contratuais, incluindo acesso de prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do Município.
- 8.2. Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, quando solicitados pela CONTRATADA ou seus representantes.
- 8.3. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, garantindo sua perfeita execução.
- 8.4. Manter registros e documentos de controle relacionados à execução do objeto.
- 8.5. Verificar a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações deste Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 8.6. Expedir documento de inspeção emitido pela Fiscalização, que servirá como instrumento de avaliação e atestado do cumprimento das obrigações contratuais, sendo indispensável para a liberação de pagamentos.
- 8.7. Manter Pasta de Ocorrência com todos os documentos relacionados à execução dos serviços.
- 8.8. Notificar a CONTRATADA por escrito sobre eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para correção.
- 8.9. Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços sempre que necessário.
- 8.10. Aplicar penalidades por descumprimento das obrigações pactuadas neste Termo de Referência.
- 8.11. Verificar, durante a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas.



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 8.12. Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato e eventuais termos aditivos.
- 8.13. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.14. O Município não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. Manter, durante toda a vigência da contratação, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para os serviços ora contratados;
- 9.2. Executar os serviços contratados conforme especificações do Termo de Referência e de sua Proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade para execução do objeto;
- 9.3. Executar o objeto conforme especificações, prazos e nos locais previstos no Termo de Referência e no Contrato, em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 9.4. Credenciar, junto ao SAAETRI, preposto para representá-lo e atender às solicitações efetuadas pelo Gestor da contratação;
- 9.5. Efetuar os serviços, objeto do presente termo, rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas neste termo;
- 9.6. Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários os pagamentos de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas, emolumentos e licenças concedidas pelo poder público;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do SAAETRI, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência dos serviços executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;
- 9.8. Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo;
- 9.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização do Contratante;
- 9.10. Cientificar, imediatamente, à Fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer o atendimento às condições contratadas;
- 9.11. Substituir o objeto as suas expensas, no todo ou em parte, quando executado com defeitos ou incorreções, bem como quando em desacordo com este termo;
- 9.12. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 9.13. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser fornecido;
- 9.14. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes do termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.15. Entregar o objeto acompanhado, se for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou instrumento equivalente, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o código de defesa do consumidor (lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.20. Não contratar, durante a vigência do Contrato ou instrumento equivalente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;
- 9.21. Manter regularidade junto ao SICAF;
- 9.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no sistema de cadastro de fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
1. Prova de regularidade relativa à seguridade social;
  2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união;
  3. Certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda municipal, estadual ou distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
  4. Certificado de regularidade do FGTS; e
  5. Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.
- 9.23. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.24. Comunicar ao fiscal do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.25. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 9.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato ou instrumento equivalente;
- 9.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 124, II, “D”, da Lei Nº 14.133/2021;
- 9.29. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

9.30. Outras previstas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).
- 10.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) às quais se submeterá o objeto, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 10.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do objeto ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 10.2. A CONTRATADA (ou Contratado/Fornecedor/Conveniado/Parceiro) obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.
- 10.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto do instrumento contratual;
- 10.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento prévio, indispensáveis ao objeto, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE (ou CONTRATANTE), responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado no instrumento contratual, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;
- 10.2.3. Os dados obtidos em razão da contratação serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.
- 10.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previsto, inadequado ou ilícito, tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto da contratação ou o CONTRATANTE está exposto.
- 10.3.1. A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto contratado, no tocante a dados pessoais.
- 10.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- 10.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias pelo CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- 10.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.
- 10.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, e os disponibilizando em caráter permanente para exibição ao CONTRATANTE, mediante solicitação.
- 10.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos que tem acesso e que são de titularidade do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do objeto.
- 10.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto do instrumento contratual.
- 10.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.
- 10.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades do instrumento contratual, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.
- 10.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.
- 10.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 10.9. Encerrada a vigência do instrumento contratual ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, no prazo 180 (cento e oitenta) dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e/ou sensíveis e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico) ficando obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias físicas e digitais que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados, salvo quando a CONTRATADA tenha, por obrigação legalmente anuída do CONTRATANTE, que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).
- 10.9.1. À CONTRATADA não será permitida manter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto do instrumento contratual, após o encerramento do mesmo.
- 10.10. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

instrumento contratual ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo CONTRATANTE para as finalidades pretendidas no instrumento contratual.

- 10.11. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores.
- 10.12. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo CONTRATANTE.
- 10.12.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).
- 10.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações aqui descritas, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 10.14. O não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui descritas sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 11.1. A garantia contratual da execução será conforme o item 5.5.3 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 12.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO: A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima ou pessoa por quem ele delegar, do órgão ou entidade.
- PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.2. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- I. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
  - II. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins do subitem 12.2, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.
- 12.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- I. dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - II. dar causa à inexecução total do contrato;
  - III. deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
  - IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

- V. não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se inexecução total do contrato:

- a. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
  - b. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- PARÁGRAFO SEGUNDO: Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

- a. será notificado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;
- b. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do gestor do contrato e autoridade máxima;
- c. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade;
- d. preliminarmente à instauração do processo de que trata a alínea “c” deste parágrafo poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A sanção prevista no subitem 12.3 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do CONTRATANTE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO QUARTO: A sanção de que trata o subitem 12.3 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da cidade de Três Rios.

- 12.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento, quando couber, à órgãos superiores, para atuação no âmbito das respectivas competências.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção prevista no subitem 12.4, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do CONTRATANTE, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 12.5. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não se aplica a regra prevista no subitem 12.5 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O disposto nesse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

- 12.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato ou do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta da Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6.1. Para as infrações previstas nos incisos I ao VI do subitem 12.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato ou do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta da Contratada;

12.6.2. Para as infrações previstas nos incisos I ao V do subitem 12.4, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato ou do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta da Contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa de que trata o subitem 12.6 poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O atraso injustificado sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

- I. A aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- II. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse público, este Contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua redação atual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

15.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação caberão aos servidores integrantes dos quadros de pessoal do Contratante e dar-se-á em fiel observância ao TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL DE \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_:

Proc. nº

Folha nº \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

I. Gestor: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (nome completo), Matrícula: xxxxxx;

II. Fiscal: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (nome completo), Matrícula: xxxxxx.[

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS** (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples Apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Boletim Informativo do Município (BIO)

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO** (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da comarca de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

Três Rios/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20--.

SAAETRI  
CONTRATANTE

(Nome da Empresa)  
(Nome do Representante Legal)  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome legível:



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



Proc. nº 0338/2026

Folha nº \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

CPF:

Nome legível:

CPF:

CIÊNCIA DO FISCAL:

Nome Legível:

CPF:

Proc. nº

Folha nº \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_



QUALIDADE  
DE VIDA PRA  
VOCÊ.



**TRÊS RIOS**  
—PREFEITURA—

EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**EDITAL Nº**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**

**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

**OBJETO:**

A empresa ....., estabelecida na ..... (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ..... (cargo), RG....., CPF....., ..... (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital da Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_\_ em epígrafe que tem por objeto a ....., conforme segue:

Item	Descrição	Quant	Valor total (R\$)

**PREÇO**

O preço total ofertado é R\$ ..... (*valor por extenso*).

O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do certame acima referido.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

A validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública do certame acima referido.

**DADOS BANCÁRIOS**

Banco:

Agencia:

Conta Corrente:

- 1) **Declaramos** que aceitamos todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2) **Declaramos** para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(*sócio administrador/procurador/diretor/etc.*), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato/ou documento equivalente.**
- 3) **Declaramos** para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que a Ata de Registro de Preços/Contrato/ou documento equivalente seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026**

**Telefone:**

- 4) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometemos em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- 5) Nomeamos e constituímos o(a) senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato/ou documento equivalente, referente ao certame acima referido e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

---

(Local e data)

*Assinatura do Responsável pela Empresa*  
(Nome Legível/Cargo/CPF/CNPJ)